



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO -UFRPE
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA – UAST
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EMANUELA DE QUEIROZ TIZEI

A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO
NO INÍCIO DO SÉCULO XXI (2000-2020)

SERRA TALHADA,
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA – UAST
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EMANUELA DE QUEIROZ TIZEI

A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO
NO INÍCIO DO SÉCULO XXI (2000-2020)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Dugnani

SERRA TALHADA,
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T625r

Tizei, Emanuela de Queiroz

A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI (2000
2020) / Emanuela de Queiroz Tizei. - 2022.
28 f.

Orientador: Rodrigo Dugnani.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em
Ciências Econômicas, Serra Talhada, 2022.

1. Democracia. 2. Crescimento econômico. 3. Relação Democracia e Crescimento Econômico. 4. Revisão integrativa de
Literatura. I. Dugnani, Rodrigo, orient. II. Título

CDD 330

EMANUELA DE QUEIROZ TIZEI

**A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO
NO INÍCIO DO SÉCULO XXI (2000-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Dugnani
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Examinadora: Profa. Dra. Avani Terezinha Torres
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UAST

Examinadora: Profa. Dra. Nicole Louise Macedo Teles
PontesUnidade Acadêmica de Serra Talhada/UAST

Serra Talhada – PE, 25 de Maio de 2022.

A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI (2000-2020)

Emanuela de Queiroz Tizei*

RESUMO

Diante da onda conservadora que assolou o Brasil e o Mundo nos últimos anos, trazendo à tona os debates sobre a crise da democracia ou até seu possível fim, este trabalho teve como objetivo geral verificar se a democracia impacta o crescimento econômico de um país a partir de estudos já feitos durante o período de 2000-2020. Utilizamos como metodologia uma revisão integrativa de literatura, que nos permitiu fazer uma ampla abordagem do tema a partir de pesquisas anteriores e demonstrar a diversidade de opiniões existentes sobre o assunto. Sendo assim, verificamos que existem ao menos quatro pontos de vista distintos sobre a relação democracia/crescimento econômico: que a democracia é responsável pela geração do crescimento econômico, que a democracia não gera crescimento econômico, que o crescimento só ocorre no processo de democratização e que o crescimento era fruto das políticas adotadas pelos governos e não do regime político em vigor. A partir dos resultados dessas pesquisas, podemos concluir que apesar da maioria dos artigos selecionados para nossa base de dados terem chegado à conclusão de que a democracia gera crescimento econômico, é necessário que sejam feitas outras análises para esclarecer pontos que não ficaram evidentes para nós, considerando, principalmente, a necessidade de uma definição mais adequada para o conceito de democracia, uma vez que ela é tratada, de forma geral, como apenas direito ao voto.

Palavras-chave: Democracia; Crescimento Econômico; Relação Democracia e Crescimento Econômico; Revisão Integrativa de Literatura.

ABSTRACT

Faced with the conservative wave that has devastated Brazil and the world in recent years, and bringing to the fore the debates about the crisis of democracy or until its possible end, this work had as general objective to verify if democracy impacts the economic growth of a country to from studies already carried out during the period 2000-2020. We used an integrative literature review as a methodology, which allowed us to make a broad approach to the topic based on previous research and demonstrate the diversity of existing opinions on the subject. Therefore, we found that there are at least four different points of view on the democracy/economic growth relationship: that democracy is responsible for generating economic growth, that democracy does not generate economic growth, that growth only occurs in the process of democratization and that growth was the result of policies adopted by governments and not the political regime in force. From the results of these researches, we can conclude that although most of the articles selected for our database have reached the conclusion that democracy generates economic growth, it is necessary that other analyzes are carried out to clarify points that werenot evident to us, especially considering the need for a more adequate definition for the concept of democracy, since it is generally treated as just the right to vote.

Keywords: Democracy; Economic Growth; Relationship Between Democracy and Economic Growth;Integrative Literature Review.

* A autora agradece a Deus, por ter permitido que tivesse saúde e determinação para concluir esse curso; a todos que compõem a UAST, que foram essenciais no processo de formação acadêmico-profissional. Agradece ao orientador Dr.Rodrigo Dugnani, por todas as contribuições acadêmicas e ensinamentos compartilhados; assim como agradece as sugestões apresentadas pela banca composta pela Profa. Dra. Avani Torres e Profa. Dra. Nicole Pontes. Agradece, ainda, a família e ao noivo por todo apoio, incentivo e compreensão; por fim, agradece aos amigos de curso por todo companheirismo ao longo deste percurso.

1. INTRODUÇÃO

Para os apaixonados por temas políticos e econômicos e suas correlações, a guinada conservadora ocorrida no Brasil e no mundo a partir da década de 2010 não passou despercebida. Marcada pela campanha que levou à Casa Branca o candidato republicano Donald Trump, em 2016, essa onda acabou influenciando e fortalecendo a campanha de candidatos de extrema direita por todo mundo. No Brasil, o conservadorismo foi a marca da campanha do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, político de extrema direita que, até as eleições de 2018, era considerado uma figura excêntrica e até folclórica, devido aos seus posicionamentos controversos e, por vezes, agressivos.

Um ponto em comum que pode ser observado entre diversos candidatos de extrema direita que conseguiram chegar ao poder nos últimos anos é a postura de ataque às regras democráticas em vigor em seus países. Por se tratar de um tema delicado e ao mesmo tempo polêmico, a guinada conservadora antidemocrática acabou virando pauta de muitos debates, trabalhos acadêmicos e livros mundo afora, como, por exemplo, os livros *“Como as democracias morrem”*, escrito pelos professores de Havard Levitsky e Ziblatt (2018), e *“Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018”*, do cientista político brasileiro e especialista em sistemas eleitorais, Jairo Nicolau (2020). Tais estudiosos buscam interpretar as possíveis causas que levaram candidatos conservadores a conseguirem conquistar tantos eleitores, mesmo tendo posicionamentos tão violentos, que, por vezes acabam ferindo a democracia e sendo muito divulgados pela mídia como representação da crise da democracia ou até mesmo sinal de um possível fim.

Os professores Levitsky e Ziblatt, preocupados com a crise do sistema político dos Estados Unidos com a posse de Trump, reuniram características em comum para elaborar uma espécie de personalidade padrão desses candidatos que colocam a democracia em perigo. Em seu livro, eles afirmam que as democracias não morrem mais “à moda antiga”, com golpe e domínio militar, ditadura ofensiva. Nos dias atuais elas chegam ao fim através dos governantes que são eleitos regularmente. Diante dessa observação, reuniram quatro indicadores que caracterizam líderes autoritários, que colocam em ameaça a sobrevivência da democracia: 1) candidatos que rejeitam a Constituição ou expressam disposição de violá-las; 2) negam a legitimidade de seus oponentes políticos; 3) encorajam a violência; e 4) têm propensão a restringir a liberdade de expressão de civis e da mídia livre.

Se observarmos o atual governo brasileiro a partir de tais características citadas acima, não precisamos voltar tanto no tempo nem na história política brasileira para nos depararmos com inúmeros atos que servem de exemplo das ameaças à democracia. É o caso dos posicionamentos atuais do presidente Jair Bolsonaro, que já acendem o sinal vermelho nesse sentido. O dia 7 de Setembro de 2021 ficará na história do país como o dia em que nosso atual chefe de Estado convocou seus apoiadores para saírem às ruas em defesa de seu governo e em protesto contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional, após terem rejeitado o projeto de emenda constitucional que restituiria o voto em papel, a chamada PEC do Voto Impresso¹. Mesmo que no dia seguinte tenha voltado atrás de sua fala, durante o protesto o presidente afrontou o STF ao declarar que não seguiria mais as ordens estabelecidas pelas autoridades². Nosso chefe de Estado ainda enaltece constantemente a ditadura militar e defendeu que deveria ser usada tortura para reduzir a criminalidade do país³. Ademais, um dos comportamentos que se tornou frequente em suas aparições em público, foram os ataques e a falta de respeito com a mídia livre brasileira. Em outubro de 2021, durante a conferência do G20⁴ em Roma, um correspondente do Grupo Globo que tentou entrevistar o presidente foi agredido por seus seguranças⁵. Por fim, em termos de exemplos, cabe lembrar também das investigações feitas pela Corregedoria Geral da União (CGU) aos professores da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) durante a pandemia da COVID-19, após os mesmos terem exposto suas opiniões críticas a respeito da gestão do governo federal ao controle a pandemia⁶.

Já no livro de Jairo Nicolau (2020), ele busca traçar o perfil dos eleitores do candidato Jair Bolsonaro a partir de observações feitas pelo autor, Bolsonaro, mesmo fugindo de todas

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/bolsonaro-faz-ameaca-golpista-ao-supremo-em-discurso-para-apoiadores-em-brasilia.ghtml>

² <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/bolsonaro-recua-apos-ameacas-golpistas-e-agora-diz-que-nao-teve-intencao-de-agredir-poderes.shtml>

³ <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/15/bolsonaro-exalta-ditadura-militar-e-volta-a-dizer-que-forcas-armadas-garantirao-liberdade.ghtml>

⁴ O Grupo dos Vinte, ou mais conhecido como G20, foi criado em 1999, com o objetivo de reunir os líderes das economias avançadas e emergentes do mundo para debater estratégias de estabilização do mercado financeiro global. Assim, trata-se de um fórum de diálogo entre as principais economias do mundo, o qual debate diversos assuntos como economia global, sistema financeiro internacional, infraestrutura, tributação da economia digital, inclusão financeira, finanças sustentáveis, comércio, e investimentos internacionais, agricultura, mudanças climáticas, saúde e combate à corrupção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2021). Em outubro de 2021 essa reunião aconteceu na Itália, a pauta da reunião era sobre o meio ambiente (neutralização de carbono) e saúde (estabilização da Covid-19).

⁵ <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/10/31/bolsonaro-hostiliza-jornalistas-em-roma-e-seguranca-agride-reporteres.ghtml>

⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/governo-bolsonaro-investiga-professores-por-manifestacao-de-desapreco-a-presidente.shtml>

as características que aumentam as chances de um candidato tornar-se presidente da república⁷, conseguiu eleger-se vencendo em segundo turno o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), partido este que havia vencido as quatro últimas eleições brasileiras. Nicolau concluiu que a base de apoio do candidato era formada na grande maioria por homens, com faixas etárias e níveis de escolaridade diversos, e que mais de 70% eram evangélicos e pessoas antipetistas que defendiam o combate à corrupção, o que, segundo o mesmo, pode ser caracterizado como uma base conservadora nos costumes e a favor do discurso do combate à corrupção. Quando candidato, Bolsonaro inovou a utilizar as mídias sociais como sua principal ferramenta de campanha e divulgação de seus posicionamentos anticorrupção e antipetismo.

Levando em consideração esses fatos políticos, cabe observarmos possíveis consequências sobre a economia brasileira. A situação econômica de um país pode refletir muito a sua situação política. Nesse sentido, se temos um cenário político em crise, em que as decisões do governo não passam confiança para os agentes econômicos e as políticas adotadas visam apenas os interesses pessoais do governo, por exemplo uma reeleição, elas acabam não atendendo as reais necessidades econômicas, podendo ocasionar em crise. Segundo Robert Lucas (1980), os agentes econômicos têm expectativas racionais. Dessa forma, os mesmos se utilizam de todas as informações públicas que têm acesso para prever os resultados das políticas adotadas pelo governo, visando maximizar suas utilidades. Assim, se houver uma inconsistência temporal entre as ações adotadas pelo governo no sentido de ganhar vantagem sobre os agentes econômicos, isso pode ocasionar a perda de credibilidade do governo diante dos agentes econômicos (apud FROYEN, 1999, p. 294-295). Essa perda de credibilidade do governo traria consequências para a economia, segundo Taylor (1985), e o resultado seria o aumento da inflação e desemprego (apud FERREIRA, 2014, p. 80).

Diante desse cenário político e econômico em que a democracia tem sofrido inúmeros ataques e questionamentos no Brasil e no Mundo, e sabendo ainda que as ações do governo podem gerar consequências para a economia, torna-se necessário, do ponto de vista das Ciências Econômicas, compreender se existe uma relação mais ou menos direta entre os regimes democráticos e o crescimento econômico. Desta forma, o objetivo geral dessa pesquisa será, a partir de uma revisão bibliográfica integrativa, analisar essa relação.

Deste modo, a partir dos artigos selecionados, nos propomos a apresentar a diversidade de argumentos encontrados acerca do tema no período de 2000-2020, agrupando-os

⁷ Robusto financiamento de campanha, satisfatória disponibilidade de tempo de TV, força partidária e rede de apoio nos estados.

tematicamente de acordo com as conclusões finais de seus/suas autores(as), visando assim conseguir demonstrar a importância de uma revisão bibliográfica integrativa para a compreensão de temas econômicos e políticos e, simultaneamente, contribuir para a discussão sobre as relações entre democracia e crescimento econômico.

Além dessa breve introdução, este artigo está estruturado em mais quatro seções, que, respectivamente: tratam sobre os argumentos teóricos em relação à conceituação de democracia, crescimento econômico e a relação entre eles; descreve a metodologia utilizada nesta pesquisa; apresenta os resultados e discussões sobre a relação entre democracia e o crescimento econômico; e, por fim, estabelece as suas conclusões sobre essa relação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Democracia, crescimento econômico e a relação entre ambos, são variáveis comumente estudadas pelas ciências econômica e política. Sendo assim, essa revisão de literatura tem como objetivo conceituar democracia, crescimento econômico e analisar como era tratada a relação entre ambos antes dos anos 2000⁸. Como estes são os temas principais desse trabalho, é de fundamental importância que tenhamos em mente esses conceitos bem delimitados. Esse tópico será subdividido em três subtópicos: democracia, crescimento econômico e relação entre democracia e crescimento econômico.

2.1. DEMOCRACIA

Antes de nos aprofundarmos na análise da correlação de democracia e crescimento econômico é fundamental que tenhamos em mente a definição de democracia. Conforme Renato Ribeiro (2002), democracia é de origem grega (*demos*, povo, *kratos*, poder) e significa poder do povo (apud MENESES, 2010, p. 20). No entanto, não existe um conceito único e absoluto para o fenômeno da democracia, devido sua complexa impossibilidade de compreensão estática e abstrata devido suas características históricas (DAHL, 1973, apud MENESES, 2010, p. 20).

De acordo com Gerring (2005, p. 338), como a democracia tem inúmeras nuances, para que seja feita uma correta correlação entre democracia e crescimento ele preferiu utilizar

⁸ Ressaltamos que a análise referente ao período 2000-2020 será feita no tópico Discussões e Resultados.

a definição de Joseph Schumpeter de democracia, enquanto um “arranjo institucional para chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo”. Já Tavares e Waeziarg (2001, p. 1342), preferem usar um conceito mais processual para democracia quando a relacionam com crescimento. Para os autores, a democracia trata-se de um “conjunto de regras e procedimentos que regulam a transferência do poder político e a livre expressão da discordância em todos os níveis da vida pública”.

O sociólogo estadunidense Seymour Martin Lipset (1959) escreveu um artigo correlacionando democracia e desenvolvimento econômico através de um viés sociológico e comportamental, mostrando várias hipóteses e requisitos sociais que fazem com que a democracia seja um fator responsável pelo desenvolvimento econômico de um país. Lipset, antes de começar suas análises, conceituou democracia, em uma sociedade complexa, como:

[...] um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para mudar os governantes. É um mecanismo social para a resolução do problema da tomada de decisões sociais entre grupos de interesses conflitantes que permite que a maior parte possível da população influencie essas decisões por meio de sua capacidade de escolher entre candidatos alternativos a cargos políticos. Em grande medida abstraída do trabalho de Joseph Schumpeter e Max Weber, essa definição implica uma série de condições específicas: (a) uma “fórmula política”, um sistema de crenças, legitimando o sistema democrático e especificando as instituições partidos, uma imprensa livre, e assim por diante – que são legitimados, ou seja, aceitos como apropriados por todos; (b) um conjunto de líderes políticos em exercício; e (c) um ou mais conjuntos de líderes, fora do cargo, que atuam como uma oposição legítima na tentativa de ganhar o cargo (LIPSET, 1959, p. 71).

Do ponto de vista do filósofo político Norberto Bobbio (2006), a democracia no regime político moderno trata-se da garantia dos direitos individuais, o que configura-se como a continuação do Estado liberal, na defesa dos clássicos direitos de liberdade civis e políticos. Sendo assim, o Estado liberal e o Estado democrático são interdependentes, pois é necessário certa liberdade para que a democracia funcione, mas também é necessário que exista democracia para que os direitos de liberdade sejam assegurados (apud VITULLO E SCAVO, 2014, p. 90). Podemos notar que os conceitos de Lipset e Bobbio acabam concordando que para existir o regime político democrático é necessário que os direitos individuais sejam garantidos. Entretanto, Bobbio vai mais além, ao defender que a democracia só pode ser exercida se houver um Estado livre que permita que os cidadãos manifestem suas demandas e insatisfações.

Esse pensamento de Bobbio acaba sendo criticado por Vitullo e Scavo (2014, p. 91), pois, para eles, essa visão bobbiana de interrelação entre democracia e liberalismo, que se

denomina de regime democrático-liberal, nos dias atuais não funciona tão bem assim, já que a sociedade mais individualista. Corroborando esse pensamento, Atilio Boron (2001) explica que essa sobreposição do liberalismo sob a democracia é frequentemente vista através dos interesses econômicos das megacorporações transnacionais que acabam tendo um poder muito maior que uma nação inteira (apud VITULLO E SCAVO, 2014, p. 102).

Em contrapartida, Giuseppe Tosi (2017, p. 06-08) afirma que a visão bobbiana é muito mais complexa do que Vitullo e Scavo tratam, pois Bobbio também reconhecia que em alguns momentos históricos essa inter-relação não existiu, devido aos fundamentos teóricos serem distintos, mas que foi a partir das lutas dos grupos excluídos da sociedade que tornou-se possível incluir as massas populares no sistema político. Para Bobbio (1997) foi ao longo da história do Estado moderno que a liberdade civil garantiu o exercício da liberdade política, assim como a liberdade política nos deu condições necessárias para conservar a liberdade civil, pois haveria de ser uma ilusão acreditar que sem liberdade civil, liberdade de imprensa e de opinião, liberdade de associação e de reunião seria possível ter participação popular no poder político por muito tempo (apud TOSI, 2017, p. 06).

Sendo assim, é possível notarmos que o princípio democrático é um processo constante e dinâmico, irreduzível a todas as vinculações do processo político, é inerente à sociedade que confere aos seus cidadãos a possibilidade de desenvolver a liberdade de participação crítica no processo político, concebendo ainda plena condição de igualdade econômica, política e social (CANOTILHO, 2003 apud MENESES, 2010, p. 20).

2.2. CRESCIMENTO ECONÔMICO

Nas teorias econômicas, o crescimento econômico é o assunto mais debatido e que gera maior preocupação entre os economistas desde os clássicos (GREMAUD, 2007, p. 395). Também é motivo de preocupação entre nossos governantes, uma vez que os mesmos precisam de bons resultados econômicos para mostrarem que durante seu mandato houve expansão econômica. Mas é importante termos em mente que ao longo do tempo e entre países, até mesmo entre os estados do mesmo país, as taxas de crescimento econômico variam muito (DORNBUSCH *et al.*, 2013, p. 75).

Diferente do conceito de democracia, os autores que buscam definir crescimento econômico têm pontos de vista bem semelhantes, talvez essa afinidade entre eles esteja relacionada ao fato do crescimento depender de variáveis fixas. Nos estudos clássicos, considerava-se que o crescimento econômico podia ser observado a partir de fatores de

produção como a terra, o capital e o trabalho, por serem elementos básicos para a produção de bens e serviços, os quais gerariam riquezas e influenciariam no desempenho econômico (VIANA E LIMA, 2010, p. 138). Com a evolução dos estudos sobre o tema, Solow, um dos estudiosos mais conceituado na área, demonstrou através de um modelo de crescimento econômico que os fatores determinantes para o crescimento seriam capital, trabalho e tecnologia (VIANA E LIMA, 2010, p. 139).

Conforme Dornbusch *et al.* (2013, p. 52), o crescimento econômico provém do aumento dos fatores de produção: insumos, trabalho, capital e desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, Sandroni (2016, p.448) diz que o crescimento econômico é obtido a partir do aumento da capacidade produtiva de uma economia ao longo do tempo, e tal aumento é medido através do PIB per capita⁹, ou ainda, através do índice de crescimento da força de trabalho, pela receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico.

De acordo com Lopes e Vasconcellos (2008, p. 369), o crescimento econômico pode ser atingido tanto no curto, quanto no longo prazo. No curto prazo, o crescimento é explicado pelo modelo keynesiano, em que o estoque de mão de obra, capital e nível de conhecimento tecnológico são fixados e a expansão do produto ocorre mediante os agregados de consumo ou gastos do governo. Já no longo prazo, o crescimento pode ser explicado por meio do modelo de Solow, no qual o crescimento é resultado da acumulação de capital, inovações tecnológicas ou elevação da eficiência do trabalho (LOPES E VASCONCELLOS, 2008, p. 373).

Mankiw (2015, p. 762), por sua vez, também baseando-se no modelo macroeconômico de crescimento de Solow, aponta que para que o montante de capital de um país seja elevado é necessário que se aumente a taxa de poupança e de investimento. Mas para que isso aconteça é necessário aumentar também os fatores de mão de obra, capital e nível de tecnologia. Sendo assim, qualquer política que vise estimular o crescimento de longo prazo de um país, deve ter como objetivo principal a expansão do capital, aprimoramento da utilização da mão de obra e intensificação do desenvolvimento tecnológico.

Ainda sobre esse tema, podemos observar com frequência que algumas pessoas acaba confundindo crescimento econômico com desenvolvimento econômico, ou usando tais palavras como sinônimas. No entanto, vale destacar que crescimento econômico é diferente

⁹ “PIB PER CAPITA. Relação econômica estabelecida entre o PIB e a população de um país. Como essas duas grandezas se alteram no tempo, essa relação também variará dando uma ideia de estágio de desenvolvimento em que se encontra o país” (SANDRONI, 2016, p. 1494).

de desenvolvimento econômico. Oliveira (2002, p. 38) evidencia que o debate sobre a distinção entre esses dois conceitos não é recente e é assunto frequente no meio acadêmico.

Conforme Vasconcellos e Garcia (1998) é incontestável que o desenvolvimento é o resultado do crescimento econômico acompanhado de melhorias na qualidade de vida dos indivíduos, em outras palavras, “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia”, são fatores fundamentais para melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social de um país (apud OLIVEIRA, 2002, p. 38). Sandroni (2016, p. 554) concorda que o desenvolvimento econômico é o resultado do crescimento econômico somado à melhoria do padrão de vida da população e da alteração na estrutura da economia.

Para Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que começou a ocorrer em países ou regiões que estavam passando pela revolução capitalista. Tal processo de acumulação sistemático de capital e de avanço tecnológico que são incorporados ao trabalho e capital, acaba levando a um aumento sustentado na produtividade ou na renda per capita¹⁰ e, portanto, ocasionando um aumento dos salários dos indivíduos e do padrão de consumo. O autor também aponta que em uma economia dinâmica e competitiva, o desenvolvimento é um fenômeno que não pode ser regredido devido à acumulação de capital e ao progresso tecnológico (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 03).

Na opinião de Schultz (1987), para haver desenvolvimento econômico é imprescindível que exista aptidões humanas, uma vez que a dinâmica econômica só é sustentável por meio do esforço humano (apud VIANA E LIMA, 2010, p. 143). Em conformidade, Becker (1993) admite que o capital humano¹¹ por ser um conjunto de capacidades produtivas (conhecimentos gerais ou específicos) adquiridas por um determinado indivíduo ao longo dos anos e de suas experiências de trabalho, fazem com que torne-se mais produtivo e, conseqüentemente, aumente a geração de riqueza (apud VIANA E LIMA, 2010, p. 139).

Por outro lado, Bresser-Pereira (2006, p. 04) explica que é comum os estudiosos do assunto explicarem o desenvolvimento econômico a partir da perspectiva da oferta, ou seja, do aumento da acumulação do capital humano, uma vez que seu aumento pode resultar em melhorias na saúde, educação e capacidades técnicas da população, proporcionando ainda

¹⁰ “RENDA PER CAPITA. Em economia, indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento de um país, obtido a partir da divisão da renda total pela população” (SANDRONI, 2016, p. 1686).

¹¹ “CAPITAL HUMANO. Conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população [...] esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem” (SANDRONI, 2016, p. 256).

aumento na acumulação de capital físico e permitindo a expansão da produção por trabalhador. No entanto, é necessário observar também o lado da demanda, pois o capital humano não é utilizado sem emprego. A demanda é garantida por meio de investimento ou acumulação de capital, que por sua vez geram emprego. Para que sejam realizados novos investimentos, o empresário precisa presumir se sua taxa de lucro esperada será satisfatória, o que só é possível diante de uma economia equilibrada¹².

Conforme discutido, o desenvolvimento econômico é produto do processo de crescimento econômico. Esse crescimento é visto através de dados financeiros, por meio do aumento da renda per capita; já o desenvolvimento econômico vai mais além, e provoca mudanças estruturais, culturais, sociais e institucionais no sistema econômico ao longo do tempo.

2.3. A RELAÇÃO ENTRE A DEMOCRACIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Concentramos nossa pesquisa em trabalhos escritos entre os anos de 2000-2020. Como os estudos sobre a relação entre democracia e crescimento econômico são feitos há muitos anos, delimitar um período de tempo além de permitir selecionar com mais cuidado nossos dados, também nos permite observar como está o estado da arte sobre esse assunto atualmente. Para isso, faz-se necessário conhecermos como era tratada essa relação antes dos anos 2000, sendo assim iremos analisar o artigo escrito por Przeworski e Limongi (1993), *“Political Regimes and Economic Growth”* (Regimes Políticos e Crescimento Econômico). Que trata-se de uma revisão de literatura, a qual tem como objetivo responder à pergunta: “A democracia na esfera política fomenta ou impede o crescimento econômico?”

Os autores analisaram 18 artigos¹³ no total, escritos entre 1966-1992, todos buscavam empiricamente encontrar a resposta da relação democracia/crescimento econômico. Desses artigos, oito concluíram que a democracia gerava crescimento, oito deduziram que o autoritarismo era o responsável pelo crescimento e dois não conseguiram encontrar diferença entre os regimes. Foi observado ainda, pelos pesquisadores, que antes de 1988, onze artigos

¹² Conforme o Modelo Clássico, sendo o mercado de trabalho do tipo concorrência perfeita, o equilíbrio no mercado de trabalho acontecerá através da igualdade da oferta e da demanda de trabalho, ou seja, o equilíbrio acontecerá no ponto em que o nível de salário real estará conveniente tanto para os demandantes quanto para os ofertantes de mão de obra, proporcionando assim que todos os que desejem trabalhar encontrem emprego suficiente (LOPES E VASCONCELLOS, 2008, p. 112-113).

¹³ Przeworski (1966), Adelman and Morris (1967), Dick (1974), Huntington and Dominguez (1975), Marsh (1979), Weede (1983), Kormendi and Meguire (1985), Kohli (1986), Landau (1986), Sloan and Tedin (1987), Marsh (1988), Pourgerami (1988), Scully (1988,1992), Barro (1989), Grier and Tullock (1989), Remmer (1990), Pourgerami (1991) e Helliwell (1992).

referentes a esse tema já tinham sido publicados, dos quais oito constatavam que o regime autoritário crescia mais rápido, o que chamou mais atenção foi que os nove artigos publicados após 1987, discordam totalmente das conclusões anteriores, concluindo que a democracia era quem gerava maior crescimento. Os autores passaram, então, a se questionar se essa mudança de conclusão poderia estar relacionada às amostras, ao período utilizados pelos estudiosos, ou ainda; se estava ligada a relação feita entre a estatística e a ideologia considerada.

No decorrer do trabalho, eles observam que o principal argumento dos críticos da democracia era o fato deles acreditarem que a democracia impedia o crescimento, porque estimulava o consumo imediato, o que resultaria na redução do investimento, prejudicaria os lucros e retardaria o crescimento. Já os defensores da ditadura argumentavam que a mesma geraria crescimento devido ao poder que os governantes tinham de forçar a economia a produzir, ou seja, eles acreditavam que os ditadores teriam uma visão desenvolvimentista para o futuro. No entanto, para Przeworski e Limongi (1993), o fato de nenhum dos trabalhos analisados por eles explicarem sobre essa visão desenvolvimentista dos ditadores, tornava inconclusivo esse ponto de vista.

Ainda segundo eles, os defensores da democracia argumentavam que como o Estado tinha a predisposição para roubar a sociedade, apenas instituições democráticas tinham o poder de contê-lo, deste modo, as ditaduras por terem o poder centralizado eram ineficientes. Eles ainda viam o governo como o agente que poderia fomentar recursos escassos para os produtores privados e por meio da criação de leis protegiam os produtores de ameaças externas. Desse ponto de vista, o Estado teria um papel produtivo para maximizar a eficiência, o crescimento e até o bem-estar (PRZEWORSKI E LIMONGI, 1993).

Acreditava-se ainda que era necessário haver um certo nível de desenvolvimento para alcançar uma democracia estável, pois a riqueza acumulada reduziria a intensidade dos conflitos distributivos, outros já acreditavam que o desenvolvimento gerava maior nível de educação, que resultava em apoio às instituições democráticas. Tais hipóteses, na época, não eram contestadas, pois todos os países desenvolvidos do mundo eram democracias estáveis, sendo assim, podia-se concluir que regimes democráticos tinham maior probabilidade de ocorrer em níveis mais altos de desenvolvimento (PRZEWORSKI E LIMONGI, 1993, p. 57-58).

Przeworski e Limongi (1993) fazem uma dura crítica aos cientistas sociais da época, segundo eles, os cientistas sociais mostravam pouco conhecimento estatístico sobre o impacto dos regimes políticos no crescimento econômico. A relação democracia/crescimento era um tema muito complexo e necessitava de muito conhecimento para selecionar os dados, uma

vez que, não era possível analisar o mesmo país em um mesmo período de tempo, com regimes políticos diferentes ou encontrar países distintos que tivessem características econômicas semelhantes, além de cada regime ter probabilidades distintas de sobreviver devido seu desempenho econômico (os regimes autoritários possuíam menor probabilidade de sobreviver em comparação com o regime democrático, dado uma crise econômica ou um baixo desempenho econômico).

A conclusão que os autores acabam chegando é que não é possível afirmar se a democracia gera ou não crescimento, devido às inferências que ocorriam durante a formulação do modelo econométrico, pois os resultados dos trabalhos analisados acabavam sendo tendenciosos. Até aquele momento, havia pouco conhecimento sobre os determinantes do crescimento econômico, os estudos estatísticos sobre o crescimento explicavam pouco sobre as variações e eram sensíveis as variáveis selecionadas, sendo assim, os modelos econométricos em que o crescimento aparecia endogenamente eram muito difíceis de testar.

Outro ponto tratado por eles na conclusão, foi a questão das evidências que existiam sobre os resultados das políticas em geral sobre o crescimento econômico. Haviam, até aquele momento, estudos que comprovavam o impacto dos gastos do governo sobre o crescimento, em que observava-se que a relação do tamanho do governo sobre os resultados econômicos era inversa. Desta forma, dado que as conclusões a respeito da política afetar a economia eram mais incontestáveis, os autores finalizam seu trabalho afirmando que não é possível de captar se o regime político afeta ou não o crescimento, mas sem dúvida a política em geral é um forte propulsor para o crescimento econômico.

3. METODOLOGIA

Nessa pesquisa, de caráter qualitativo, realizamos uma revisão integrativa de literatura, na qual organizamos os artigos de modo que pudemos demonstrar a diversidade de opiniões sobre o tema, sendo possível exibir tal diversificação através do agrupamento temático dos artigos analisados e, principalmente, que seja possível, a partir do nosso referencial, responder ao nosso problema de pesquisa: A democracia impacta ou não no crescimento econômico de um país? Tal metodologia é de fundamental importância, uma vez que produz impacto devido ao acúmulo do conhecimento existente sobre a temática pesquisada.

Uma revisão integrativa de literatura é uma ampla revisão com objetivo de obter um profundo entendimento de um determinado tema com base em estudos anteriores, com os

quais poderemos responder uma dúvida específica e contribuir para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas. Esse método de pesquisa, ainda nos dá autonomia de agregar dados tanto da literatura empírica, quanto teórica, permitindo uma compreensão mais completa do tema de interesse, um direcionamento para a definição de conceitos, revisão de teorias, identificação de lacunas, análise de metodologias e redução de incertezas sobre recomendações práticas (BIBLIOTECA PROF. PAULO DE CARVALHO MATTOS, 2015, p. 06-07).

O processo de construção de uma revisão de literatura desse tipo pode ser feito seguindo as seguintes orientações, que irão servir para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos sobre o tema selecionado: 1) Escolher um problema de pesquisa, selecionar hipóteses ou definir o tema de pesquisa; 2) Estabelecer critérios de inclusão e exclusão dos estudos que serão utilizados, amostragens ou pesquisas bibliográficas, buscando ser o mais seletivo possível, evitando uma grande quantidade de estudos que impossibilitem a análise da revisão ou introduzam vieses as etapas seguintes; 3) Definir as informações a serem extraídas dos estudos, selecionando ou categorizando as informações, a fim de fortalecer as conclusões que irão gerar o estudo do conhecimento atual do tema investigado; 4) Avaliar os estudos incluídos na revisão de forma crítica, procurando explicar os resultados ou conflitos existentes; 5) Interpretar os resultados encontrado (esse estágio corresponde a etapa de discussão dos resultados nas pesquisas convencionais, na qual se identifica as conclusões e implicações resultantes da revisão integrativa) e; 6) Apresentar uma revisão do conhecimento reunindo e sintetizando as evidências disponíveis na literatura utilizada, podendo a conclusão questionar os resultados analisados (BIBLIOTECA PROF. PAULO DE CARVALHO MATTOS, 2015).

Apresentamos a seguir com mais detalhes cada uma dessas etapas em nosso estudo. Nosso problema de pesquisa, citado anteriormente, foi motivado pelas atuais discussões em torno dos ataques sofridos pela democracia e os questionamentos sobre sua sobrevivência. Deste modo, em busca de investigar se o regime político tem algum impacto sobre o crescimento econômico de um país, utilizaremos tanto a literatura empírica quanto teórica para buscar tais evidências. Como trata-se de um tema que é estudado desde os clássicos, decidimos delimitar nossa análise para os trabalhos que tiveram como objetivo central a relação democracia/crescimento econômico escritos durante o período de 2000-2020. Para selecionar a bibliografia utilizamos a plataforma digital científica de busca, Scielo, na qual aplicou-se como filtro as expressões “democracia e crescimento econômico”. Dessa busca, apenas dois artigos faziam a relação que estávamos procurando entre democracia e

crescimento econômico. Após a leitura desses dois artigos, notamos que haviam alguns textos em comum, os quais nos levaram à seleção de mais 10 artigos sobre a relação entre democracia e crescimento econômico, totalizando 12 artigos que serão apresentados e analisados a seguir.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da exposição dos procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa, conseguimos identificar que não há um consenso entre os estudos aqui utilizados. Notamos também que o ponto de partida para as análises sobre democracia/crescimento econômico para alguns dos estudos utilizados nessa pesquisa – Gerring (2005), Simi (2015), Acemoglu *et al.* (2019), Fonseca *et al.* (2019), Przeworski e Limongi (1993) e Fittipaldi *et al.* (2017) – foi o trabalho de Lipset (1959). Este autor, através de uma análise sociológica e comportamental, chegou à conclusão de que a democracia dependia do avanço das estruturas econômicas. Dessa forma, o regime democrático seria a etapa final de um processo de modernização social e política que os países passariam. Tais argumentos acabaram ficando conhecidos como a Teoria da Modernização e incentivando outros estudos nessa área.

A leitura acerca do tema ainda nos permitiu perceber que os trabalhos posteriores tiveram um viés mais econômico, ou seja, passou-se a analisar essa relação (democracia e crescimento econômico) a partir de evidências empíricas, embora Gerring (2005), Bresser-Pereira (2017) e Hariri (2015) terem também utilizado evidências históricas para dar mais robustez às suas afirmações e para comparar com os resultados obtidos através de seus modelos econométricos. Além do mais, notamos que mesmo utilizando dados matemáticos semelhantes para a elaboração de tais modelos, até mesmo os pesquisadores que têm pontos de vista semelhantes sobre as consequências da democracia – por exemplo, os que acreditam que democracia gera crescimento econômico – não conseguiram chegar a um resultado similar, discordando em qual período ocorre o crescimento ou no valor percentual do crescimento gerando pela democracia, o que veremos a seguir.

Como citado anteriormente, não conseguimos encontrar um consenso entre os autores sobre o tema, mas foi possível identificar quatro pontos de vista distintos, sendo assim, decidimos apresentá-los em grupos de acordo com suas respectivas conclusões. Para Acemoglu (2003), Gerring (2005), Papaioannou e Siourounis (2008), Persson e Tabellini (2008), Simi (2015), Bresser-Pereira (2017) e Acemoglu, Naidu, Restrepo e Robinson (2019), a democracia é responsável pela geração do crescimento econômico. Por outro lado, Tavares

e Waeziarg (2001) e Fonseca, Costa e Alves (2019) discordam desse argumento, afirmando que a democracia não gera crescimento econômico. Dos autores que foram selecionados para essa revisão, apenas Hariri (2015) acredita que o crescimento só ocorre no processo de democratização e Fittipaldi, Neto, Araújo e Costa (2017) corroboram com os argumentos de seu antecessor, Przeworski e Limongi (1993), os quais reiteram que o crescimento era fruto das políticas adotadas pelos governos e não do regime político em vigor.

Iniciando com os autores que afirmam que a democracia é responsável pela geração do crescimento econômico, Acemoglu (2003), em sua análise, comparou o crescimento econômico entre países democráticos e oligárquicos¹⁴, através de um modelo econométrico abstrato, utilizando os Estados Unidos e parte da Europa Ocidental, durante o período pós Segunda Guerra Mundial, como exemplo de democracias; e o Japão, no período pré-guerra e pós-guerra, a Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura, no período também pós-guerra, como exemplos de sociedades oligárquicas. Tais países foram selecionados por serem considerados, pelo autor, como regimes que alcançaram um desempenho econômico bem-sucedido. Após suas observações, ele chegou à conclusão que existe uma espécie de *trade-off* entre as vantagens desses diferentes regimes, uma vez que as oligarquias possuem altas barreiras de entrada e as democracias alta taxa tributária. Deste modo, caso a oligarquia imponha altas barreiras de entrada e a democracia baixa carga tributária, a democracia seria mais produtiva; caso contrário, seria a oligarquia a mais produtiva. Além desse fator, o autor identificou que as democracias possuem uma vantagem a mais que as oligarquias. As democracias conseguem aproveitar os avanços tecnológicos que estão ocorrendo para se industrializarem e melhorarem suas produções, enquanto as oligarquias perdem a oportunidade de terem uma produção mais inovadora e lucrativa devido suas barreiras de entrada. Outro ponto de vantagem das democracias seria a redistribuição de renda entre empresários e os trabalhadores, ao passo que as oligarquias centralizariam a renda.

Já do ponto de vista de Gerring (2005), a democracia deve ser estudada como um estoque e não como uma medida em um determinado período de tempo, pois seus efeitos no ano corrente podem influenciar o desempenho econômico dos anos seguintes. Em seus estudos, para testar a relação democracia/crescimento econômico, foram utilizados dados econométricos em séries temporais e fatores históricos. Durante a análise foram observados os dados e fatores históricos das últimas cinco décadas (1950-2000) de sociedades

¹⁴ “OLIGOPÓLIO. Regime político ou forma de dominação de qualquer tipo, no qual o poder está nas mãos de um grupo pequeno de pessoas que dele se apossaram, sendo exercido apenas por elementos desse grupo” (SANDRONI, 2016, p. 1388).

autoritárias e democráticas, sendo possível concluir: a) que a relação entre o estoque democrático e o crescimento econômico é robusta, então, para cada década completa de democracia observou-se um aumento de aproximadamente 100 pontos percentuais no crescimento; b) quanto mais um país é democrático mais ele promove quatro tipos de capital – o físico, o humano, o social e o político – os quais impactam positivamente o crescimento econômico dos países; e c) observou-se que os efeitos da democracia no curto prazo são inexistentes, mas no longo prazo os resultados tornam-se bastante relevantes.

Papaioannou e Siourounis (2008) queriam investigar se o crescimento anual real do PIB per capita de um país aumentava, permanecia constante ou reduziria após a mudança de regime político. Para tanto, examinaram a evolução do crescimento anual real do PIB per capita antes e depois da transição do regime político em 166 países durante o período de 1960-2003. As variáveis utilizadas para medir a variação no PIB per capita anual foram investimento, comércio, gastos do governo, expectativa de vida, nível de renda e escolaridade. Manipulando todos os dados em painel com observações anuais, concluíram que ao longo do tempo existia uma variação do crescimento. No curto prazo, que se referia ao período transição, o crescimento sofria uma considerável queda, que poderia ser explicada devido aos custos de transição. Após a consolidação, no longo prazo, o crescimento voltava a estabilizar-se e era possível observar um aumento entre 0,70% e 1,10% no crescimento real anual do PIB per capita. Ainda observaram que tais resultados poderiam ser expandidos caso fossem acompanhados por reformas econômicas ou se ocorressem em países que possuíam instituições fortes.

Persson e Tabellini (2008) se debruçaram sobre o processo de democratização e seu impacto sobre o crescimento econômico, fazendo uso de estimações semiparamétricas para analisar três hipóteses: 1) a interação entre democratização e liberalização econômica; 2) qual tipo de democracia proporcionava maior crescimento econômico e; 3) distinguir as reformas políticas esperadas e reais. Para uma amostra de 150 países, incluindo 120 mudanças de regime para o período de 1960-2000, os resultados confirmaram maior crescimento econômico em países democráticos. Para a primeira hipótese os autores verificaram que democratizar após a liberalização econômica tinha um efeito positivo maior sobre o crescimento do que o inverso. O efeito da liberalização impulsionaria cerca de 3,5% ao ano sobre o crescimento, embora exista uma pequena desaceleração no período de transição. Por sua vez, o efeito de longo prazo sobre a renda per capita apresentaria um aumento de 12,5% ao ano. Na segunda hipótese, eles verificaram que uma nova democracia parlamentarista cresceria 1,5 pontos percentuais a menos que uma nova democracia presidencialista. A

explicação para esse ocorrido se daria porque uma nova democracia parlamentar tem mais gastos que uma presidencialista. Já na terceira hipótese, o período de análise é aumentado, ficando entre 1850-2000. Para os autores, seria evidente que incertezas políticas exercem efeito negativo sobre o crescimento, sendo assim, ao efetuar mudanças esperadas na política, os resultados têm efeito mais forte sobre o crescimento. Ainda notaram que em democracias estáveis e persistentes ambos efeitos são mais fortes.

Por sua vez, Simi (2015) utilizou dados em painel para anos os de 1970-2010 de 17 países, examinando o comportamento dos estimadores democracia e escolaridade sobre o PIB per capita. No decorrer da pesquisa foram adicionados ainda os estimadores qualidade institucional, integração e influência histórica para testar a robustez de seu modelo. Dessa maneira, puderam concluir que a democracia dentro de todos os testes efetuados se mostrou importante e influente sobre o PIB per capita, porém, sua influência não foi tão considerável quanto os demais estimadores, pois ela mostra-se mais significativa quando somada a educação e a qualidade institucional. Além disso, o autor ainda observou que as ações efetuadas pela democracia no tempo presente só têm impacto real no PIB per capita no tempo futuro. Já a educação tem um impacto mais acentuado sobre o PIB per capita, tendo seus resultados também intensificados quando somados a variável institucional. Sendo assim, o autor conclui observando que os estimadores democracia e educação tiveram uma correlação positiva na amostragem global, no entanto, a democracia sozinha não mostrou um impacto significativo sobre o PIB per capita. Tais resultados também só passam a ser sentidos após um período de 5 anos, além de ambas serem dependentes da qualidade institucional.

Já Bresser-Pereira (2017) decidiu fazer uma análise qualitativa do fenômeno, concentrando-se apenas em países pré-industriais. O pesquisador investigou as possibilidades de tais países conseguirem tornar-se bem governados, realizarem a revolução capitalista e mudarem para um regime democrático consolidado e em crescimento. Historicamente, países pré-industriais ou são autoritários ou são democracias frágeis. Na opinião do autor, países que se tornam democracias frágeis por serem países não maduros acabam passando por alguns problemas durante e após a transição devido as pressões dos países ricos do ocidente e de sua própria sociedade. As dificuldades enfrentadas por nações pré-industriais nessa etapa seriam a baixa coesão social (que resulta em uma sociedade civil fraca) e instituições frágeis que refletiriam relações de dominação e não contratuais. Esses dois pontos tornam a governança muito difícil, pressionando os governantes a adotarem algum tipo de populismo, o que se torna muito arriscado caso seja adotado o populismo econômico, que poderia gerar déficit fiscal, dificultando ainda mais o desenvolvimento econômico e a recuperação da economia.

O autor ainda destaca que a qualidade da democracia depende da qualidade do desempenho econômico e social, para que um país pré-industrial consiga passar por essa transição e chegue a ser uma democracia consolidada, estável e em crescimento. Então é necessário que a nação seja fortalecida, construindo um estado capaz de completar a revolução capitalista (estado-nação autônomo e com a revolução industrial completa) antes de mudar de regime.

Mais recente, Acemoglu *et al.* (2019), utilizando o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários juntamente com o Método dos Momentos Generalizados, construíram um painel anual com 175 países para os anos de 1960-2010. Para os pesquisadores os canais utilizados pela democracia para influenciar o PIB per capita futuro são: investimento, escolaridade, indução de reformas econômicas, melhoria na provisão do bem público e redução da agitação social, sendo essas variáveis as utilizadas nos modelos. Através de suas análises, eles observaram que nos 5 anos antecedentes ao processo de democratização o crescimento do PIB per capita era, em média, de apenas 1,74% ao ano, o que é considerado estatisticamente insignificante; porém, no longo prazo (aproximadamente 30 anos), após a transição, os mesmos países vivenciaram um aumento de até 20% seu PIB per capita. Ainda observou-se que em economias com um nível maior de escolaridade os efeitos da democracia foram muito mais significativos.

Em contrapartida aos estudos apresentados anteriormente, Tavares e Waeziarg (2001) concordam que é possível fazer uma relação entre democracia e crescimento; toda via, o resultado final é negativo, sendo assim, a democracia não geraria crescimento econômico. Os autores levam em consideração que o crescimento econômico tem uma relação diretamente proporcional com o nível educacional e com a taxa de investimento, mas a relação é inversamente proporcional com o consumo do governo, desigualdade de renda, distorções e instabilidade política. Para realizar sua análise, os autores utilizaram dados em painel para o período de tempo de 1970-1989 para 65 países industrializados e em desenvolvimento, e consideraram como os principais canais pelos quais a democracia afeta o crescimento as seguintes variáveis: instabilidade política, distorções¹⁵, tamanho do governo, capital humano, desigualdade de renda, abertura comercial e acumulação de capital físico. Sendo assim, puderam concluir que a democracia gera um elevado nível educacional e reduz a desigualdade de renda. Em contraponto, eleva os gastos do governo e reduz as taxas de investimento. Quando esses efeitos são somados o resultado geral da democracia sobre o crescimento torna-

¹⁵ Quando um determinado governante utiliza seu poder de estabelecer políticas para beneficiar um pequeno grupo de insiders às custas da população em geral (Tavares e Waeziarg, 2001, p. 1372).

se negativo e economicamente moderado. Os autores ainda destacaram que não há nenhum impacto das variáveis distorções, instabilidade política e abertura comercial diante da relação democracia/crescimento econômico.

Fonseca *et al.* (2020) decidiram analisar 56 países da América Latina e participantes da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para verificar como se comportava o crescimento do PIB após um processo de democratização. Seus dados foram referentes aos anos de 1990-2013, sendo possível chegar à conclusão de que a explicação para o crescimento econômico entre os países da América Latina era a estabilidade das instituições e não o nível em que estava a democracia. Já entre os países da OCDE, tais variáveis mostraram-se estatisticamente insignificantes, ou seja, nem a democracia, nem a estabilidade das instituições explicariam o crescimento econômico dos países analisados. Segundo os autores, isso pode ser explicado devido ao fato dos países da OCDE possuírem regimes políticos e estabilidade institucional mais consolidados que os países da América Latina.

A partir da lógica de que o crescimento econômico só ocorre durante o processo de democratização, Hariri (2015) decidiu estudar qual o impacto sobre o crescimento econômico durante esse processo e buscou uma justificativa clara para explicar porque as democracias mais jovens tinham maiores resultados econômicos que democracias mais antigas. Diante das evidências empíricas de que a liberalização econômica, taxas de investimento e fluxos comerciais tinham significativa relação com o crescimento, eles verificaram que as mesmas não mostravam sinais claros que as relacionassem com a democracia. Para a realização do estudo, foram utilizados para a análise empírica dados referentes a 69 países entre os anos de 1960-2010 além de evidências históricas para o período de 1820-1959. Tais dados o fizeram chegar à conclusão que o crescimento estava ligado a redistribuição internacional e não as mudanças internas ocasionadas pela mudança de regime, ou seja, o crescimento estava ligado às ajudas externas recebidas nos primeiros anos de democratização, as quais geravam uma expansão transitória da demanda agregada e estimulavam o crescimento, sendo os resultados dessa ajuda sentidos por cerca de uma década.

Por fim, considerando a explicação de que o crescimento econômico é fruto das políticas adotadas pelos governos e não do regime político, Fittipaldi *et al.* (2017) analisaram 21 países da América Latina, entre os anos de 2004-2013, em estrutura de painel dinâmico, utilizando ainda o Método dos Momentos Generalizados (GMM) e estimadores Arellano-Bond. As variáveis utilizadas foram estabilidade institucional, amplitude democrática, capital humano, peso relativo da dívida pública, integração econômica e crescimento econômico. Mesmo com uma metodologia totalmente diferente, eles acabaram mostrando empiricamente

o que Przeworski e Limongi (1993) concluíram ao analisar 21 artigos sobre o tema. Estes demonstraram que as variáveis utilizadas para montar os modelos até aquele momento os tornavam viesados e que por esse motivo era impossível concluir com exatidão os reais resultados da democracia sobre o crescimento. O que era possível afirmar com precisão até então era de que a política tinha influência sobre o crescimento econômico, mas o regime político em si não. Assim sendo, a conclusão de Fittipaldi *et al.* (2017) foi de que não era possível encontrar evidências que o regime democrático tivesse efeito sobre o crescimento econômico latino americano, devido a ausência de rupturas nas regras de distribuição de poder ao longo do tempo, pois era esse o fator que faria com que a estabilidade das instituições passassem a ter um impacto positivo na elevada robustez no desempenho econômico, promovendo assim crescimento no PIB.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da onda conservadora que acabou influenciando e fortalecendo a campanha de candidatos de extrema direita por todo mundo, os quais, por sua vez, têm o hábito de atacar as regras democráticas, tornou-se frequente, atualmente, os debates sobre a crise da democracia e até mesmo sinais de seu possível fim. Por esse motivo, essa pesquisa teve como objetivo geral investigar se existe relação entre a democracia e o crescimento econômico de um país. Por se tratar de um tema que é amplamente estudado pelas ciências econômicas e políticas, decidimos estudá-lo a partir de uma revisão integrativa de literatura.

Para atingir uma melhor compreensão do tema, diante do extenso número de estudos já existentes, decidimos selecionar os trabalhos realizados recentemente, para o período de 2000- 2020. A priori verificamos que não existia um consenso sobre o tema, sendo assim, decidimos agrupar os trabalhos de acordo com as conclusões finais dos autores, o que permitiu apresentar melhor a diversidade dos argumentos encontrados. Por fim, decidimos comparar nossos resultados com os resultados encontrados por Przeworki e Limongi (1993), que através de uma revisão de literatura, analisaram os trabalhos empíricos sobre essa relação escritos no período de 1966-1992.

A partir dos 12 artigos por nós selecionados, conseguimos verificar que existiam quatro pontos de vista distintos, sendo que oito artigos concluíram que a democracia gera crescimento econômico; um artigo afirma que o crescimento só ocorre no período de democratização devido as ajudas externas; dois artigos foram totalmente contra a afirmação de que a democracia gera crescimento econômico; e que apenas um artigo evidencia que o

crescimento seria fruto das políticas adotadas pelos governos e não do regime político em vigor. Diante dos artigos analisados, tendemos a acreditar que a democracia gera alternativas para termos crescimento econômico, uma vez que a maioria significativa dos artigos selecionados para nossa revisão integrativa chegaram a essa conclusão de forma incisiva.

Dado que Przeworski e Limongi (1993), ao examinar 18 artigos escritos entre os anos de 1966-1992, concluíram que não era possível saber se a democracia aumentava ou diminuía o crescimento econômico – devido ao fato dos trabalhos feitos até aquele momento mostrarem evidências estatísticas inconclusivas e possuírem falhas em sua estruturação devido ao limitado conhecimento sobre o crescimento econômico da época – os trabalhos analisados por nós mostraram que houve um desenvolvimento metodológico acerca do conhecimento sobre crescimento econômico e de sua relação com a democracia que possibilitou uma melhor seleção das variáveis analisadas durante os estudos. Ademais, acredita-se que o avanço dos softwares estatísticos também contribuíram para a evolução dos resultados obtidos pelos pesquisadores por nós analisados (SOUSA e SILVA, 2000).

No entanto, mediante o grande número de estudos existentes sobre esse tema, a falta de consenso entre os pesquisadores e o curto período de tempo que tivemos para produzir esta pesquisa, nossa base de dados selecionada precisou ser reduzida, para que pudessemos priorizar nossa análise. Almeja-se, em trabalhos futuros, que tal base de dados seja ampliada, buscando descobrir novos ou distintos pontos de vista; verificar se realmente a conclusão presente na maioria dos estudos de que a democracia gera crescimento é a mais frequente; ou ainda, se tais conclusões são influenciadas de acordo com o regime político em vigor em que os autores dos estudos analisados vivem, como foi observado por Przeworski e Limongi (1993) em sua análise.

Outro ponto que merece ser destacado diz respeito a própria conceituação de democracia. Como vimos na revisão de literatura, a mesma possui um conceito muito amplo, devido sua complexa impossibilidade de compreensão estática e abstrata decorrente de suas características históricas (DAHL, 1973, apud MENESES, 2010). Dos autores selecionados, Tavares e Waeziarg (2001) e Gerring (2005) buscaram definir um conceito próprio de democracia correlacionado com o crescimento econômico. Por sua vez, nos trabalhos de Simi (2015), Fittipaldi *et al.* (2017), Acemoglu *et al.* (2019) e Fonseca *et al.* (2019) utilizaram o conceito de democracia apresentado por Lipset (1959). Já os demais trabalhos não dedicaram nenhum parágrafo para definir o que consideraram como democracia em suas análises.

Entre os autores que se preocuparam em definir democracia, observamos que tal conceito é relacionado apenas ao poder que o povo tem em trocar seus representantes,

tratando-se de uma definição limitadora do conceito. Dado que o crescimento econômico é medido através do aumento do PIB per capita, dos fatores de produção, acumulação de capital e avanço tecnológico, será que tal conceituação não estaria muito limitada quando a estamos correlacionando ao impacto que determinado elemento pode causar na economia? Em outros termos, se tal visão de democracia estiver coerente com a análise, será que apenas o “poder” do voto é suficiente para que a economia seja eficiente? Pois como observou Bresser-Pereira (2017), a pressão das reivindicações do povo pode fazer com que o governo adote medidas populistas econômicas, o que pode resultar em consequências como, por exemplo, déficits fiscais.

Deixamos essas questões abertas para uma pesquisa posterior, pois exigem que estudos dessa natureza busquem delimitar bem os conceitos e análises para termos mais evidências da relação positiva ou negativa entre democracia e crescimento econômico.

6. REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron *et al.* Democracy does cause growth. **Journal of political economy**, v. 127, n. 1, p. 47-100, 2019. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/700936>> Acessado em: 11/11/2021

_____. **The form of property rights: Oligarchic vs. democratic societies.** 2003. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w10037>> Acessado em: 11/11/2021

Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. **Tipos de revisão de literatura.** Botucatu: Unesp; 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** Texto para Discussão 157. FGV EESP. Dez. 2006. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1973/TD157.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acessado em: 04/04/2022

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracy and growth in pre-industrial countries. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, p. 88-107, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/mvYYYj4NQzC7CSNv7ymRWfk/?format=pdf&lang=en>> Acessado em: 09/04/2022

DA FONSECA, Ana Cristina C.; COSTA, Saulo Felipe; ALVES, Edvânia Santos. **Democracia pra que te quero: a influência do regime político e da globalização sobre o crescimento econômico.** Democracia e Desenvolvimento, 12º encontro ABCP. João Pessoa. 2020. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/web/index.php/system/files/documentos/eventos/2021/01/democracia-pra-que-te-quiero-influencia-regime-politico-e.pdf>> Acessado em: 11/11/2021

DE OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>> Acessado em: 04/04/2022

DORNBUSCH; Rudiger; FISCHER; Stanley; STARTZ; Richard. **Macroeconomia**. Tradução: João Gama Neto, revisão técnica: Giácono Balbinotto. 11ª edição. Porto Alegre. AMGH, 2013.

FERREIRA, Pedro Fernando de Almeida Nery. **A incorporação das expectativas racionais na macroeconomia**. Economia e Desenvolvimento, Recife, v. 13, n. 1, p. 62-86, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/22705>> Acessado em: 11/11/2021

FITTIPALDI, Ítalo *et al.* Crescimento econômico, democracia e instituições: quais as evidências dessas relações causais na América Latina?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 115-129, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/8k8FGcK7D7jhcjvzFrMTBYv/?format=html&lang=pt>> Acessado em: 11/11/2021

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. 5ª ed. São Paulo. Editora Saraiva. 1999.

GERRING, John *et al.* Democracy and economic growth: A historical perspective. **World politics**, v. 57, n. 3, p. 323-364, 2005. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/democracy-and-economic-growth-a-historical-perspective/1BD38458A835E7F34F9A25191B68ECC7>> Acessado em: 11/11/2021

GREMAUD, A. P. DIAZ, M. D. M. AZEVEDO, P. F. JÚNIOR, R. T. **Introdução à economia**. Editora Atlas S.A. São Paulo. 2007. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522465217/>> Acesso em: 06/03/2022

HARIRI, Jacob Gerner. Foreign aided: why democratization brings growth when democracy does not. **British Journal of Political Science**, v. 45, n. 1, p. 53-71, 2015. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/abs/foreign-aided-why-democratization-brings-growth-when-democracy-does-not/864AA3D4474E396D8BCEBDCD83651EC7>> Acessado em: 11/11/2021

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy1. **American political science review**, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/some-social-requisites-of-democracy-economic-development-and-political-legitimacy1/26559429359F42D3E9B8BC82CA65546A>> Acessado em: 11/11/2021

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, M. A. **Manual de macroeconomia: básico e intermediário**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. 8.ed. Rio de Janeiro. LTC. 2015.

MENEZES, Fernanda Montenegro de. **A democracia econômica no constitucionalismo brasileiro**. 206f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2010, Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp143031.pdf>> Acessado em: 10/03/2022

Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. **Grupo dos 20 – G20**. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/grupo-dos-20-g20>> Acessado em: 14/02/2022

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

PAPAIIOANNOU, Elias; SIOUROUNIS, Gregorios. Democratisation and growth. **The Economic Journal**, v. 118, n. 532, p. 1520-1551, 2008. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ej/article-abstract/118/532/1520/5088814>> Acessado em: 11/11/2021

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. Democracy and development: The devil in the details. **American Economic Review**, v. 96, n. 2, p. 319-324, 2006. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/000282806777212396>> Acessado em: 14/04/2022

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. Political regimes and economic growth. **Journal of economic perspectives**, v. 7, n. 3, p. 51-69, 1993. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.7.3.51>> Acessado em: 11/11/2021

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 8ª edição. Ed. Record. Rio de Janeiro. 2016.

SIMI, Caio Tadeu. **Influências da democracia e escolaridade no PIB per capita: estudo em painel dialogando com as metodologias contemporâneas**. 2015. 62 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://tedeantiga.pucsp.br/handle/handle/9441>> Acessado em: 11/11/2021

SOUSA, Maria Helena de e SILVA, Nilza Nunes da. **Comparação de softwares para análise de dados de levantamentos complexos**. Revista de Saúde Pública [online]. 2000, v. 34, n. 6, pp. 646-653. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/hQLJ4Yy4Ch9Q5S7McrCrNHg/?lang=pt#>> Acessado em: 02/06/2022

TAVARES, Jose; WACZIARG, Romain. How democracy affects growth. **European economic review**, v. 45, n. 8, p. 1341-1378, 2001. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0014292100000933>> Acessado em: 11/11/20

TOSI, Giuseppe. Democracia, Liberalismo e Socialismo em Norberto Bobbio. Uma resposta a Vitullo e Scavo. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 5, n. 2, p. 51-78, jun./dez., 2017.

VITULLO, Gabriel; SCAVO, Davide. O liberalismo e a definição bobbianiana de democracia: elementos para uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 89-105, 2014.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. **Capital humano e crescimento econômico**. Interações. Campo Grande, v. 11, n.2, p. 137-148, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/srrRFK6rcbj7gwW6GMyVNHK/?format=pdf&lang=pt>> Acessado em: 01/04/2022